ATA Nº. 10

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos Multiusos.

Estiveram presentes:

- Isaura da Conceição Serra Barreiros – Presidente
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – 1.ª Secretária
- José Augusto Silva Rosalino – 2.º Secretário

E os membros: António Francisco Correia Traguedo; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; José Manuel Nunes Pinto; Isalina de Jesus Pereira; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Pedro Manuel Martins Silveira; Lara Guadalupe Gingão Coelho; José Júlio Ferreira dos Loios; Joana Rosa Martins Carreiras; Tomás Inácio de Paiva Calhau; Helena Isabel Maneiras Espadaneira, Nuno Manuel Valadas Rebocho, Rui Manuel Cosme Estriga, Daniel Fernando Canoa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Faltou, por motivo justificado: Maria Manuel Pimpão Gabriel que, nos termos dos artºs. 78º e 79º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, foi substituída por Bruno Miguel Teixeira Queirós.

Do órgão executivo estavam presentes a Sr.ª Presidente e os Vereadores Delfina Lima, João Campos e Carla Romana.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da A.M. cumprimentou todos os presentes, informando o público da necessidade de inscrição junto do secretariado de apoio, caso haja intenção de intervirem, para uma melhor organização da sessão.

Fez referência à ausência de um membro da assembleia que poderá ter sido por atraso, uma vez que a única justificação de ausência foi a de Maria Manuel Pimpão Gabriel, que se fez substituir.

Seguidamente a Presidente da A.M. deu início à sessão da assembleia, referindo que a mesa da assembleia tinha duas propostas a apresentar.

A primeira proposta a apresentar é o voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Cláudio. Foi membro eleito na primeira assembleia municipal, no mandato entre 1976 e 1979, eleito pelo PS. Estava há alguns anos institucionalizado em lar, mas, ainda assim, enquanto conseguiu, manteve alguma participação de cidadania ativa. Era uma pessoa carismática do concelho.

A proposta foi posta à discussão e intervenção do uso da palavra por parte dos membros da assembleia. Não havendo qualquer intervenção, concluiu-se que o voto de pesar foi aprovado por unanimidade, com 15 votos favoráveis.

A segunda proposta que a mesa da assembleia apresenta, decorre das intenções manifestadas no decurso da campanha eleitoral e também discutido em alguns momentos nas primeiras assembleias, da necessidade de promover a literacia dos mais jovens sobre o poder local democrático e o funcionamento dos órgãos autárquicos.

A proposta tem por objetivo a criação de um grupo de trabalho que incluía a Mesa da Assembleia e um representante de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia, para começar a trabalhar com o agrupamento de escolas com o intuito de criar a Assembleia Municipal Jovem. Pretende ser uma iniciativa com o propósito de promover a literacia e estimular a participação dos mais jovens na cidadania e naquilo que é o trabalho coletivo do concelho e, desta forma, a criação da Assembleia Municipal Jovem, seria também um contributo a integrar nas comemorações do quinquagésimo aniversário do 25 de Abril. A ser aprovado nesta assembleia, este grupo de trabalho iniciará o trabalho com o agrupamento de escolas, para que no início do ano letivo estejam reunidas as condições para o funcionamento da Assembleia Municipal Jovem de Arraiolos.

É esta a proposta que a mesa deixa à discussão da assembleia.

Paula Pastaneira perguntou se já existem alguns contactos feitos com a escola.

A Presidente da A.M. respondeu que o grupo de trabalho é que iria iniciar todo esse processo. O único contacto foi feito com o executivo da C.M. que garantiu que iria estar disponível para estas assembleias e aberto às propostas dela provenientes. Este grupo de trabalho terá a responsabilidade de criar, definir o funcionamento e estabelecer todos os contactos com o agrupamento de escolas. Neste primeiro contacto já deveríamos ter um representante de todas as forças políticas eleitas, para que seja um grupo de trabalho aberto, integrativo e democrático.

Concordando, com a proposta, cada bancada terá tempo para discutir e refletir sobre o assunto e depois indicar o seu representante. Contudo, informou que não entende que o grupo de trabalho fique constituído à data desta Assembleia por entender que cada grupo deverá ter tempo para refletir e indicar o nome do eleito para o grupo de trabalho. Depois de criado esse grupo nominal, será definida a agenda de trabalhos e a realização da primeira reunião.

De acordo com as inscrições, intervieram:

- Joana Carreiras manifestou contentamento por esta iniciativa da mesa, considerando ser muito útil e importante a integração e participação dos jovens para expressarem as suas opiniões e a tomarem decisões sobre alguns assuntos.
- Isalina Pereira felicitou a mesa pela proposta apresentada, com a expectativa de que este grupo de trabalho consiga suprir esta grande lacuna que existe na escola, a nível do ensino, que é o facto de ensinar às crianças o que é o poder local democrático, o que é a democracia, a liberdade, porque que é que estamos aqui e podermos dizer o que dizemos. Não há um ensinamento das fases democráticas com que nos regemos. Espera que o grupo de trabalho, a ser constituído, consiga, nas escolas, fazer essa diferença.
- Bruno Queirós disse ser uma excelente iniciativa ao dar abertura à população mais jovem em começar, desde logo, a literacia política e apostar nas camadas mais jovens para lhe dar o impulso necessário, porque serão eles que irão fazer toda a renovação desta assembleia no futuro, com maior capacidade e melhor preparados para poderem ajudar Arraiolos a ir no caminho que eles acharão como certo.

Passando-se à votação da proposta, a mesma foi aprovada por unanimidade com 17 votos favoráveis.

A Presidente referiu ainda que, perante a aprovação desta iniciativa, importava agora definir a data para apresentação do nome do representante de cada força política representada na assembleia municipal, para constituição do grupo de trabalho, ficando acordado que seria até ao final de março.

Discussão e votação da ata:

A Presidente da Mesa colocou à discussão o projeto da ata n.º 9 da sessão ordinária do passado dia 15 de dezembro de 2022, a qual foi remetida, antecipadamente, a todos os membros.

A presidente da Mesa perguntou se havia alguma correção a fazer à referida ata.

Intervieram:

- Joana Carreiras referindo que o seu nome não constava da lista dos membros presentes, mas que, efetivamente, esteve presente.
- António Traguedo referiu a existência de um erro ortográfico na página 10.

A presidente da mesa disse então que seriam feitas as devidas correções.

Procedeu-se à votação verificando-se a aprovação da mesma, por unanimidade, dos presentes na referida reunião.

Não participaram na votação, por não terem estado presentes, Helena Espadaneira e Bruno Queirós.

De acordo com as inscrições intervieram:

- Lara Coelho apresentou, em representação da CDU, uma moção sobre o "Dia Internacional da Mulher", fazendo uma abordagem rápida sobre a moção intitulada *"8 de março Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida"*, que se transcreve:

"Moção

8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade.

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz.

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade.

Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

A Assembleia Municipal de Arraiolos saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto

conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

De, igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade.

A Assembleia Municipal de Arraiolos assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;

b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização da participação das mulheres ao longo da história do Concelho.

c) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica.

d) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar» realizando pelo sétimo ano consecutivo a Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de Março, no Porto e a 11 de Março em Lisboa.

A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Arraiolos, à CIG, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-In; ao Movimento Democrático de Mulheres, ao Movimento associativo do concelho de Arraiolos e às instituições que integram a Rede Social."

- Joana Carreiras interveio dizendo que teve conhecimento de um projeto para instalação de uma unidade de produção de energia elétrica com uma tecnologia celular fotovoltaica em Arraiolos, apresentado na Câmara em 2021. Pergunta qual o ponto da situação sobre o referido projeto;
- Paula Pastaneira começou por dar os parabéns ao município, às juntas de freguesia, às associações do concelho que conseguiram dinamizar algumas atividades importantes nestes últimos dias e que envolveram a população, como foram os desfiles de carnaval, os bailes e

a confeção do nogado no Vimieiro. Disse que deveria haver uma articulação mais eficaz entre todas as freguesias do nosso concelho para que as associações pudessem, de facto, ter mais sucesso nestas festividades. Muitas das vezes são estas associações e IPSS's que dinamizam estas festas e também outras iniciativas relativas a datas festivas. Deixou ao executivo a ideia de que este, executivo, poderia ser o agente agregador destas relações e deste planeamento para que a população do concelho pudesse estar em todas estas iniciativas e não haver uma sobreposição das festas. Referiu também que foi uma boa iniciativa e uma mais valia a abertura das casas de banho do mercado municipal, visto que era uma necessidade urgente, e principalmente para todos aqueles que vêm nos autocarros que ali param. Falou também sobre as obras do mercado municipal, assunto já falado algumas vezes, dizendo que é urgente pensar e repensar nas formas como se poderia dar utilidade ao espaço, de uma forma mais produtiva, mais eficaz e mais abrangente, tanto à população como às associações do concelho. 1.ª questão - Pergunta se já existe algo pensado para este equipamento, sabendo que o projeto anterior não teve sucesso. 2.ª questão: relativamente ao gabinete de urbanismo, já aqui foi falado em reuniões anteriores e em reuniões da Câmara, sublinhando a existência de algum descontentamento relativamente a este trabalho e sabendo que um dos arquitetos continua de baixa, provavelmente o trabalho continua atrasado, se já existe alguma solução que ajude a população e até o próprio gabinete a dar continuidade ao bom trabalho que tinham anteriormente. Este é um problema urgente, toda a gente o considera, o executivo será, em primeira instância a considerá-lo, assim como todos os que vivem no concelho. Por último referiu que na última ou nas últimas reuniões se falou numas empresas interessadas na produção de canábis, a instalar na Zona Industrial, perguntando se já havia alguma evolução.

- Nuno Rebocho referiu que na Assembleia Municipal de 30 de junho de 2022, questionou a instalação da sinalética em Igrejinha, de acordo com projeto executado pela Câmara Municipal. Entretanto foi respondido que estava a decorrer o processo de aquisição de sinalética. Pergunta se já chegaram os sinais ou qual o ponto da situação.

A presidente da A.M. deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara que respondeu às questões colocados:

A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou cumprimentos a todos os presentes e em resposta à questão formulada por Joana Carreiras disse que precisava que fosse mais precisa sobre o projeto a que se refere. Foram apresentados vários tipos de projetos fotovoltaicos e há alguns aprovados e alguns não reuniram condições para serem aprovados, não só pela Câmara Municipal, mas também

por pareceres de outras entidades externas. Não sabendo ao certo a que processo se refere não poderá dar uma resposta mais concreta. Relativamente às questões colocadas por Paula Pastaneira, disse que o Carnaval, após dois anos de pandemia, felizmente voltou a trazer os foliões para a rua, com o desfile de carnaval com participação das crianças e dos idosos. As terras voltaram a ter a sua dinâmica o que foi muito interessante de observar, verificando ainda, em algumas localidades, algum receio de se manifestaram e participarem. Esperamos que em 2024 as pessoas já se sintam mais libertas e voltem a participar. Dizer também que é muito difícil esta questão de não haver sobreposição de ações, porque há localidades que por norma realizam estas atividades ao domingo e que também tem a ver com a própria dinâmica das localidades. Nas festas de verão já se conseguiu fazer algumas alterações, havendo ainda uma ou outra sobreposição de atividades. Constatou-se, porém, que nas últimas festas estava muita gente em todas elas, o que é muito bom sinal. É de louvar que as associações tenham esta dinâmica e esta vontade de manter as tradições festivas, contando com a colaboração e apoio, quer a Câmara quer as juntas de freguesia, na dinamização das localidades, porque são, sem dúvida, um motor muito importante na dinâmica das freguesias. Relativamente à obra do mercado, terá sido referido, na última assembleia, que o projeto anterior não correu bem e foi decidido avançar com um novo projeto. A abertura das casas de banho foi a solução alternativa para colmatar esta lacuna, não sendo uma resposta definitiva, é a resposta necessária para o momento. Relativamente à questão da Divisão do Ordenamento do Território e Urbanismo e Ambiente, referiu que já entrou uma nova arquiteta, conforme procedimento concursal, já foi convocada a segunda pessoa também para integrar a equipa. Para além do arquiteto que infelizmente está de baixa, temos mais três técnicos da mesma divisão, que estão também de baixa, ou seja um técnico superior e três assistentes técnicos que estão de baixa há algum tempo, infelizmente para eles que não estão bem de saúde. Por dificuldades nossas tivemos que readaptar esta divisão com pessoal que não estava afeto a ela. Dizer também que relativamente aos assistentes técnicos estão a ser feitas diligências internas, porque há trabalhadores com escolaridade para aceder à mobilidade intercarrerias para assistentes técnicos para se reforçar a equipa. Ainda há dificuldades em dar respostas no tempo que pretendíamos, temos perfeita noção disso, continuando a desenvolver esforços para que o possamos fazer. Em relação à empresa de canábis, a informação de que dispomos é de que adquiriram o prédio na Zona Industrial de Arraiolos da "Arraioluz", o executivo já teve uma primeira reunião com eles, e que estão neste momento a tratar de todos os trâmites necessários para se poderem instalar, estando tudo a decorrer dentro da normalidade. Sobre a sinalética da Igrejinha disse que o processo teve um problema e os sinais ainda não chegaram, e espera-se que cheguem ainda no primeiro semestre.

A Presidente da Mesa abriu o segundo período de intervenções:

- Bruno Queirós interviu para comentar uma situação que ocorreu, na freguesia de Arraiolos, sobre as faturas da água, as quais teriam um valor que consideraria exorbitante, face ao rácio económico despendido pelas famílias, face à atual conjuntura, pedindo celeridade, junto do executivo, para a resolução deste problema.

A Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que, relativamente a esta matéria, a questão das faturas colocou-se apenas em Arraiolos. Como é do conhecimento, foi assinado um protocolo com as Juntas de freguesia e são elas que fazem as leituras. Em Arraiolos houve alguns meses em que não existiu registo de leituras e como tal a leitura foi feita por estimativa, daí que essas faturas possam ter aparecido com valores mais elevados. Salientou que os Regulamentos Municipais de Abastecimento de Água, de Saneamento e de Resíduos Urbanos preveem o pagamento em seis prestações e quando é feito esse pedido o mesmo tem sido deferido. Dizer também que o próprio programa prevê a divisão dos metros cúbicos pelo número de meses de leitura estimada, posicionando o consumidor nos mesmos escalões de acordo com o próprio consumo registado mensalmente. Vamos também melhorar ao nível da vila, mas o que tem sido transmitido por parte dos serviços é que não têm surgindo muitas questões relativamente a esta última fatura de consumo de água, por parte dos munícipes. Vamos acompanhando toda esta situação e estamos disponíveis para apoiar as famílias através do benefício do tarifário social.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, no período de antes da ordem do dia, e antes de entrarmos na ordem de trabalhos, faltando fazer a votação em relação à proposta da Moção que foi apresentada.

A Presidente da Mesa colocou a votação a proposta da "Moção" apresentada, sendo interpelada por alguns membros da assembleia, questionando se não poderiam fazer comentários sobre a mesma.

A Presidente da Assembleia, pediu desculpa pelo lapso, referindo que na segunda ronda, antes da ordem do dia, poderiam inscrever-se para fazer o comentário à moção apresentada, no entanto considera que pode não ter sido muito clara e, desta forma, não querendo cortar a palavra a ninguém, excecionalmente, abrir-se-ia um novo período de inscrições para este fim.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- Joana Carreiras comentou que como se trata do dia internacional da mulher e sendo ela mulher, votaria a favor da moção, mas para votar a favor precisava que a palavra "fascismo" fosse retirada da frase. Afirmou que o fascismo existirá, mas estando efetivamente a falar-se da Mulher em Portugal, nunca vivemos no fascismo, nem no Estado Novo. Concluiu que com a palavra fascismo no texto da Moção não iria votar a favor.

- Manuel Cabeça começou, em primeiro lugar, por pedir desculpas por ter chegado atrasado e que tenham justificado a sua ausência atempadamente. Em segundo lugar pediu desculpa por não ter ouvido a prorrogação de intervenção relativamente à moção. Relativamente à Moção, não dizendo a mesma questão relativamente ao fascismo, sendo ele de formação em história, tem dificuldade em gerir as questões do fascismo. Taticamente levaria a dizer que a Moção está "bem-apresentada, delineada, bem esgalhada pelo MDM", sendo da opinião que a mesma transcende as competências desta Assembleia. Na deliberação refere exatamente o acompanhamento das medidas na esfera do poder central, achando que não é uma competência da Assembleia Municipal. As deliberações da moção referem, exatamente, "acompanhar as medidas na esfera do poder central", diz apenas que se deve corrigir. Não é competência desta Assembleia Municipal. Afirmou que pessoalmente não poderá votar nem contra nem a favor desta moção que transcende as competências da Assembleia Municipal.

A Presidente da A.M. perguntou se pretendia apresentar alguma proposta de alteração de redação.

- Manuel Cabeça respondeu que se deveria retirar aquela deliberação. Acrescentou que das três deliberações apresentadas, nenhuma delas faz parte das competências adstritas à Assembleia Municipal. Poderia perguntar pelo conjunto de medidas de acompanhamento destas medidas, como é que a A.M. se propõe fazer o seu acompanhamento. Se as três medidas, essas três propostas de deliberação fossem retiradas, pessoalmente concordaria, em absoluto, com todo o texto da Moção. É muito suscetível ao fascismo, a sua costela de esquerda assim o diz, mas a esta questão, no seu entendimento, é mais delicada.

Seguidamente a Presidente da A.M. procedeu à verificação e leitura das três deliberações referidas na intervenção anterior, lendo a primeira, que se transcreve

"*a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;*"

- Manuel Cabeça interveio, dizendo que o poder central não é competência da A.M.

A Presidente Assembleia respondeu que, obviamente, respeita a sua opinião e seu sentido de voto, contudo a Assembleia, o que faz, é acompanhar aquilo que o poder central delibera e transfere em

matéria de competências para a autarquia. Perante a insistente troca de opiniões, a Presidente da Mesa referiu que não ia entrar em diálogo. Manuel Cabeça respondeu que, não querendo entrar em diálogo, estava de acordo com a Presidente, afirmando que é competência desta A.M. acompanhar as transferências de competências, mas não é isso que está naquela deliberação.

A Presidente da A.M. registou a declaração e agradeceu. Não havendo outros pedidos de intervenção, ainda assim, José Pinto disse que queria manifestar-se e usar da palavra, em protesto, relativamente às intervenções reproduzidas e em defesa da sua honra. A Presidente acedeu.

José Pinto manifestou-se dizendo a Manuel Cabeça que deveria estar preocupado quanto à interpretação que fez da Moção que foi apresentada. A primeira questão é a acusação do "bem esgalhado" pelo MDM, não é de quem tem, de facto, o estatuto de eleito nesta Assembleia, há vários anos e, não só há vários anos, como também o político com créditos, outros créditos, mas assim não sabia. Citou "*Acompanhar a evolução e condição dos estatutos das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;*" Frisou "pugnar", fazendo a sua interpretação contextualizada, dizendo que não estava ali para dar lições de português a ninguém. Afirmou que é ao poder central que compete legislar em termos de direitos, garantias e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos em geral. Disse que percebia o que o PS pretendia e naquilo que dele dependesse, naquela parte, o eleito do Partido Socialista leva a água ao moinho dele, e a CDU leva sozinha a Moção, porque existe uma "interpretaçãozinha" que diz que não nos devemos meter naquilo que é competência do Governo e da administração central, que é para legislar, e, portanto, ficamos sossegados na Assembleia enquanto a maioria absoluta do Partido Socialista pode fazer aquilo que quiser e muito bem entender. Referiu ainda que o objetivo é o de isolar o PCP nesta votação. Em relação à questão da inexistência do fascismo, dito por Joana Carreiras, disse que foi uma afirmação demasiado grave a nível político e que não se iria pronunciar nem entrar em discussões a esse nível, por respeito a ela própria e a todas as pessoas de uma forma geral.

A presidente deu o debate por terminado, tendo sido interpelada por Manuel Cabeça dizendo reconhecer e enaltecer o papel de moderadora e democraticamente moderada que tem assumido e que tem sempre dado oportunidade a que nestas questões haja, não diria debate, mas uma salutar e saudável troca de opiniões. Tendo em consideração que o seu colega José Pinto teve a amabilidade de o focar individualmente e nessa perspetiva, se lhe é permitido, não querendo invocar a sua honra porque não tem ponta por onde se lhe pegue, gostaria de lhe responder.

A Presidente permitiu, referindo, porém, que é seu apanágio dar o uso da palavra aos eleitos, mas também para o bom o funcionamento da assembleia, a mesa não iria permitir o "agora fale um, agora fale outro". Pediu que a resposta fosse curta e sintética.

Manuel Cabeça respondeu que pegava nas últimas palavras de José Pinto para dar conta que a maioria do PCP neste concelho faz exatamente essas interpelações da capacidade de votar sozinho.

A Presidente agradeceu e sem mais demoras passou-se à votação da Moção.

Aprovada por maioria com 12 votos favoráveis, da CDU e 7 abstenções, do PSD e do PS.

Esgotadas as inscrições, foi encerrado este período passando à ordem de trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A assembleia foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informação da atividade municipal;

2. Apreciação e aprovação dos mapas "Demonstração de desempenho orçamental" relativos à Gerência de 2022;

3. 1ª. Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2023;

4. Transferência das competências no domínio da ação social – Prorrogação de prazo (Decreto-Lei n.º 87-B/2022 , de 29/12);

5. Proposta de adesão do Município à Rede Internacional "Mayors For Peace"

1. Informação da atividade municipal

Presente a informação emitida pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, no cumprimento da alínea c) do ponto 2, do artigo 25.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativamente à atividade que decorreu entre 07/12/2022 e 17/02/2023, a qual foi remetida a todos os membros antecipadamente.

Sobre a mesma foram levantadas questões pelos membros:

- António Traguedo começou por dizer que, relativamente ao aprovisionamento concorda inteiramente com o município, mas que com a disponibilidade financeira que tem este poder local podia ajudar mais. O mapa do aprovisionamento indica o nome dos fornecedores de géneros alimentícios, nomeadamente COOPERABRIL CRL, COPCAMPO CRL e ANTÓNIO MARIA GOULÃO DA ROSA, perguntando quem é este último fornecedor, que desconhece,

perguntando também qual o critério de compras ao comércio local, se existe concurso, se há propostas e qual a média mensal de refeições fornecidas pelo município.

- Paula Pastaneira questionou qual o motivo da mobilidade de um assistente operacional do município para a junta de freguesia de Arraiolos e se a mesma estava relacionada com a leitura da água que passou a ser da competência da junta de freguesia.
- Nuno Rebocho questionou sobre o referido na página 5, aquisição de materiais em granito para arruamentos em Igrejinha, no valor 19.772,50 €, a que arruamentos se destina.

A Sr.ª Presidente da Câmara respondeu, relativamente ao fornecimento de géneros alimentares, que foi feito por concurso e por lotes, sendo 4 lotes. O lote dos congelados ficou deserto. Foram convidadas várias empresas do concelho a participarem, e estas foram as três que ganharam cada um dos respetivos lotes, nomeadamente, A Cooperabril o lote das carnes frescas, A Copcampo o lote de legumes e verduras e António Maria Goulão da Rosa o lote de mercearias, sendo este um supermercado que existe nas Ilhas. Informou também que neste momento está a decorrer o concurso dos congelados, com um aumento o valor base, porque os produtos estão mais caros e o valor anterior não foi suficiente para apresentação de propostas. Sobre a média de refeições respondeu que são fornecidas cerca de 450 a 460 refeições diárias, entre 2.º, 3.º ciclos e secundário, o pré-escolar e 1.º ciclo de Arraiolos.

Relativamente à mobilidade do funcionário Hugo Barreto, este tem a categoria de pedreiro, residente em Santana do Campo, e foi solicitada pelo interessado e pela Junta de freguesia de Arraiolos.

Sobre os materiais em granito para a Igrejinha disse que se destinam à envolvente do campo de padel, passadeiras e calcetamento da azinhaga.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2021-2025.

2. Apreciação e aprovação dos mapas "Demonstração de desempenho orçamental" relativos à Gerência de 2022

De acordo com a lei do orçamento de estado para 2023, onde se faz a indicação do saldo de gerência através de uma certidão após a aprovação da demonstração de desempenho orçamental, cujos documentos foram distribuídos, o saldo de gerência é de 2.993.333,06 € conforme consta do mapa resumo da receita e despesa respetiva do ano de 2022, que decorre destes trâmites que o orçamento de estado nos possibilita

- António Traguedo questionou, relativamente ao excedente de 2.993.333,06 €, com proveitos na ordem dos 15.600.000,00 € e despesas na ordem de 12. 606.000,00€, se este excedente

não é em demasia e quais são os benefícios que os munícipes vão ter com este excedente de tesouraria. Como já frisou em várias assembleias municipais, ter este excedente de tesouraria não é uma boa gestão, achando que com tantas necessidades que existem que se deveria aplicar. Em algumas interpretações a Sr.ª Presidente tem dito e algumas vezes o tem criticado, que ao contrário das empresas privadas, o município não é para dar lucro, mas se não é para dar lucro, como justifica este excedente.

A Sr.ª Presidente referiu que os benefícios do saldo são expostos no ponto n.º 3 que é a revisão orçamental onde está claro para onde esta verba será canalizada.

Não havendo mais inscritos para o uso da palavra, procedeu-se à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com 1 voto contra (PSD), 6 abstenções (PS) e 10 votos favoráveis (CDU).

3. 1ª. Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2023

A Sr.ª Presidente fez uma breve introdução dizendo que esta é a 1.ª revisão orçamental com a integração do saldo de gerência, com distribuição 1.924.198,16 € para despesas correntes e 1.069.135,00 € para as despesas de capital. De realçar duas ou três situações que foram reforçadas, nomeadamente do gasóleo devido ao aumento do custo dos combustíveis, as cantinas escolares (200.000,00€), eletricidade (70.773,00€), transportes escolares; Estudos, Pareceres e Projetos de Consultadoria (70.000,00 €), Outros Serviços (Espetáculos, Feira de Arraiolos, Feira de Vimieiro, Festa da Juventude), Apoio a atividades desportivas e de recreio; apoio ao agrupamento de escolas, Quotizações com a CIMAC, aquisição e beneficiação de edifícios municipais e material de transporte com a aquisição de um novo autocarro visto que, nos termos da legislação, um deles vai deixar de poder transportar crianças, reforço dos arruamentos em Igrejinha ao nível do saneamento e da água. São estas as várias rúbricas que sofreram reforço do orçamento, manifestando disponibilidade para prestar esclarecimento que pretendam.

De acordo com as inscrições, intervieram:

- António Traguedo disse que, relativamente à revisão, que já está assinada pela vereação, consta erradamente o ano de 2022 e é 2023.

Converteu algumas verbas em percentagem, referindo que as despesas com pessoal aumentam 3,17%, as aquisições de bens e serviços aumentam 49,63%, as transferências correntes 8,7%, outras despesas correntes 2,67%, aquisições de capital 25,56% e transferências de capital 10,16%.

Relativamente às instituições sem fins lucrativos, com um reforço de 180.000,00€, mais 6% do excedente. - 1.ª pergunta: é suficiente este aumento? justificando que este ano é um ano atípico,

com elevada taxa de inflação e aumento dos preços, num concelho envelhecido e onde existe alguma desertificação. Relativamente às famílias, com um reforço de 60.000,00 €. – 2.ª pergunta: acha suficiente a distribuição que é feita dos 2.993.000,00€? Justificando que, comparativamente ao ano anterior, há apenas um aumento de 40.000€.

A Sr.ª Presidente, em resposta, referiu que quem vos dera que o orçamento de estado pensasse tanto nas associações como a Câmara Municipal de Arraiolos.

Existe um regulamento que foi aprovado pela Assembleia Municipal, que apoia as instituições em mais de 200.000,00 € por ano.

Disse que fomos a Câmara pioneira a fazer este tipo de apoio às instituições, um apoio trimestral a todas elas. Isto foi dito por outros agentes de IPSS's, que muitas vezes dão o exemplo da Câmara de Arraiolos, em outros fóruns, que não veem mais nenhum município apoiar tanto como nós. Disse também que não há outra Câmara como esta a apoiar partes não financiadas das candidaturas aos quadros comunitários. Nenhuma associação, neste concelho, poderá dizer que não fizeram uma candidatura por falta de apoio da Câmara de Arraiolos. Todas as associações têm sido apoiadas, apoios esses que também se traduzem na aquisição de viaturas. Olhando para este orçamento e para o que se vai fazendo a nível social, não podem ter coragem para dizer que a Câmara de Arraiolos não apoia as instituições.

António Traguedo afirmou que ninguém disse que o Município não apoia as instituições, reconhece o apoio do Município, mas perante o excedente apresentado, deveria ir mais além nos apoios. Disse que como presidente de uma IPSS sabe as dificuldades que estas têm, após a pandemia, agradecendo todo o apoio do município. Reafirma que o Município poderia ajudar mais face ao excedente de tesouraria apresentado, porque, caso contrario, um dia poderá ter os dirigentes das IPSS's a abandonarem a sua gestão e a entregarem as chaves ao Município.

- Manuel Cabeça prescinde do uso da palavra porque o colega António Traguedo na sua intervenção referiu aquilo que ele queria perguntar. Disse que o colega não foi suficientemente claro na questão que colocou uma vez que a Sr.ª Presidente respondeu completamente ao lado.

A Presidente da Câmara disse que a sua resposta não foi ao lado mas para clarificar a Assembleia Municipal sobre o que se passa a nível dos apoios que a Câmara Municipal dá às instituições. Não podem imputar à Câmara Municipal todas as responsabilidades porque a Segurança Social também as tem. Afirmou que a Câmara Municipal está sempre disponível para, em conjunto com as IPSS's, pressionar a Segurança Social para demonstrar as dificuldades que têm as instituições.

De seguida passou-se à votação sendo aprovado por maioria, com 12 votos favoráveis, da CDU, 1 voto contra do PSD e 6 abstenções, do PS.

4. Transferência das competências no domínio da ação social – Prorrogação de prazo (Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29/12);

A legislação veio permitir a prorrogação do prazo para a assunção das competências na área social até 3 de abril do corrente ano. O Município está a trabalhar em articulação com a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos para a concretização da assunção destas competências.

Passou-se de imediato à votação sendo aprovada por maioria com 18 votos favoráveis, CDU e PS e 1 abstenção do PSD.

5. Proposta de adesão do Município à Rede Internacional "Mayors For Peace"

A Presidente da Câmara começou por referir que foi um desafio proposto pela Câmara Municipal de Évora, fazendo uma breve introdução ao salientar que a "Mayors For Peace" é uma Organização não Governamental (ONG), uma rede global não partidária de municípios que está registada no Conselho Económico e Social das Nações Unidas(ECOSOC/NU). Esta rede visa três objetivos essenciais:

"*a) Um mundo sem armas nucleares: lutar pela abolição e eliminação global das armas nucleares;*

b) Cidades seguras e resilientes: luta a favor do ambiente e do desenvolvimento contra a pobreza, promovendo a coexistência pacífica entre os povos e a segurança internacional;

c) Promoção de uma cultura de paz: pretende promover a consciência e a cultura da paz na sociedade civil, sobretudo entre os mais jovens".

Esta adesão implica o pagamento de uma quota de 14,00 €, que carece de visto do Tribunal de Contas, em caso de aprovação pela Assembleia Municipal. Disse também que a nível nacional são quarenta e um municípios que já fazem parte desta rede, entre os quais municípios alentejanos.

Joana Carreiras manifestou satisfação dizendo que iria votar a favor desta proposta de adesão e que Município de Arraiolos contribuísse para a concretização dos objetivos essenciais desta organização.

Seguidamente procedeu-se à votação sendo a proposta aprovada por unanimidade.

==========x==========

Período de intervenção de munícipes

A Presidente da Mesa agradeceu a presença dos munícipes presentes, indicando a existência de duas inscrições, chamando a atenção para o referido na ficha de inscrição, no qual constam as regras regimentais, solicitando que sejam respeitadas.

- *João Lopes* residente em Ilhas referiu que tem duas situações a apresentar, sendo uma de caráter pessoal e outra de caráter empresarial.

1.ª situação - Adquiriu um imóvel na Rua Sub-Tenente António Bernardino Apolónio Piteira nas Ilhas, em 29/04/2019. Em 14 de maio entregou uma comunicação prévia de obras isentas com o intuito de recuperação do imóvel. Foram dadas diretrizes nesse sentido para a salvaguarda das características típicas alentejanas, sendo a obra acompanhada pelo fiscal da Câmara. A obra foi decorrendo, cumprindo com tudo o que foi proposto pelos técnicos, havendo indicações contraditórias quanto à altura dos muros e à utilização dos materiais, exigindo por fim a apresentação de projeto. Pergunta porque é que uns podem construir tudo, dando como exemplo a construção do imóvel de cariz moderno que corta com as características dos imóveis típicos do Alentejo e a outros colocam vários obstáculos.

2.ª situação – Têm uma empresa de investimentos, trabalham com investidores privados, uns conhecidos outros não, que pretendiam traze-los para o concelho de Arraiolos. Compraram um imóvel em São Pedro da Gafanhoeira, fizeram o pedido de obras isentas. Os serviços solicitaram esclarecimentos, via email e telefonicamente, sobre o teor das obras, respondendo que iriam derrubar paredes, reconstruir o telhado com telha lusa, tendo-lhes dado autorização para avançar com a obra. Passados uns meses o fiscal foi mandar parar a obra. A obra está parada há um ano por um erro que não lhes é imputado e que Câmara decidiu, e bem, por ordem neste problema. A obra carecia de projeto, o mesmo foi apresentado na Câmara em setembro e ainda não existe qualquer resposta.

Entretanto tentou marcar uma reunião com a Sr.ª Presidente, que não foi possível, tendo-lhe sido dito que o processo estava pendente de apreciação técnica e que em janeiro teria alguma informação, o que não aconteceu até à presente data. Manifestou descontentamento com o atraso na análise dos processos e os constrangimentos causados com este investimento resultante deste atraso.

- Margarida Tecedeiro, residente em Sabugueiro, referiu que adquiriu um terreno no loteamento das Borqueiras em Sabugueiro, a construção já se encontra concluída, tendo questionado para quando a previsão da construção dos arruamentos, passeios e espaços verdes, previstos para aquele loteamento.

Usando da palavra a Presidente da Câmara cumprimentou o publico presente. Relativamente às questões formuladas, começou por dizer que recebia toda a gente, que seria de bom grado receber o Sr. João Lopes desde que seja feita marcação prévia, pois que, sem marcação, torna-se mais difícil gerir o atendimento porque nem sempre está disponível por questões de agenda.

Havendo tentativa de dialogo por parte do público, a Presidente da Mesa, pedindo desculpa à Srª Presidente da Câmara, interrompeu para alertar que não podia haver qualquer interferência do publico a partir do momento em que terminou a sua intervenção, nos termos do Regimento e Funcionamento da Assembleia Municipal, pedindo respeito por quem está no uso da palavra, da mesma forma que a Assembleia respeitou o período do interveniente.

A Presidente da Câmara recomeçou o discurso de resposta e foi novamente interrompida pelo público, tendo a Presidente da Mesa reforçado que não pode haver qualquer tipo de diálogo no período de respostas. Se tiverem mais questões a colocar à Câmara poderão fazê-lo em sede própria, quer nas reuniões da Câmara Municipal ou através de atendimento presencial com marcação prévia. Esclarecendo que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, que deve ser respeitado, o tempo de intervenção foi alargado por serem dois assuntos, embora apresentados pelo mesmo cidadão, não podendo haver qualquer tipo de diálogo durante o período de resposta do executivo. Se a tentativa de diálogo persistir, a mesa reserva-se o direito de cancelar este período de resposta e de dar a sessão por terminada. Se existem constrangimentos com licenciamentos nas Ilhas ou outro tipo que situações que o público venha apresentar a esta Assembleia, é do interesse da Assembleia Municipal ouvir as resposta e justificações que o executivo tem para dar sobre as questões que são colocadas pelo público.

A Srª Presidente da C.M retomou a palavra e respondeu que, relativamente às obras nas Ilhas e em São Pedro da Gafanhoeira e de acordo com o regulamento e Plano Diretor Municipal, é preciso haver a elaboração de projetos de arquitetura e de especialidades, os quais lhes foram solicitados, e que as obras carecem de licenciamento. Relativamente à obra na Rua Sub-Tenente António Bernardino Apolónio Piteira, sempre referiram que a mesma era acompanhada por um fiscal municipal sem nunca o identificarem e gostaria de saber o nome desse fiscal municipal para que se possam tomar diligências. De acordo com a informação dos serviços relativamente à obra de São Pedro da Gafanhoeira, como bem sabem, essa intervenção que foi feita era muito mais que uma comunicação prévia, precisava de projeto de arquitetura o qual foi entregue nos serviços 06/09/2022, os serviços estão atrasados nessa avaliação, vamos procurar ser mais céleres para que possam avançar com a realização dos projetos.

Sobre o loteamento do Sabugueiro referiu que foi feita uma intervenção minimalista e assim que o tempo o permita serão feitos os arruamentos. Quanto aos espaços verdes não existe previsão para a sua construção.

Não havendo qualquer outro pedido, foi encerrado este período, passando a palavra à 1.ª Secretária para a leitura da minuta das deliberações.

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada a votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 22,15 horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra

Catarina Caetano Correia dos Santos

[signature]